

## Circulação científica, políticas linguísticas e geopolíticas da tradução no Boletim Geográfico do IBGE durante o Estado Novo (1943-1945): uma introdução

*Scientific Circulation, Language Policies, and the Geopolitics of Translation in the IBGE Geographic Bulletin During the Estado Novo Period (1943–1945): an introduction*

*Circulación científica, políticas lingüísticas y geopolítica de la traducción en el Boletim Geográfico del IBGE durante el Estado Novo (1943-1945): una introducción*

*Circulation scientifique, politiques linguistiques et géopolitiques de la traduction dans le Boletim Geográfico de l'IBGE pendant l'Estado Novo (1943-1945) : une introduction*

**Guilherme da Silva Ribeiro** 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

[geofilas@msn.com](mailto:geofilas@msn.com)

### RESUMO

De caráter introdutório, este texto visa acessar a história da geografia sob um ângulo pouco explorado no Brasil tanto em termos de objeto quanto de método: o das línguas e das traduções baseado na decolonialidade e nos *translation studies*. Para tanto, selecionamos o Boletim Geográfico do IBGE durante o Estado Novo (1943-1945) e identificamos uma questão de vulto: a ocorrência de uma intensa política editorial multilíngue de circulação científica por meio de diversas traduções. Contudo, tal política ocorria em meio a uma conjuntura em que o Estado Novo promovia a língua portuguesa como um dos principais símbolos do nacionalismo e da identidade nacional. Além de permitir lançar novas luzes sobre a história da geografia brasileira, uma pesquisa sobre o Boletim Geográfico pode ajudar a entender as razões pelas quais um país periférico tanto investe na tradução como gênero de circulação científica e de que forma isto acontece.

**PALAVRAS-CHAVE:** nacionalismo; multilinguismo; traduções.

## ABSTRACT

This introductory text seeks to explore the history of geography from a perspective rarely examined in Brazil, both in terms of subject matter and methodology: that of languages and translations, framed by decoloniality and *translation studies*. To this end, we focus on the IBGE Geographic Bulletin during the Estado Novo period (1943–1945), identifying a noteworthy issue: Implementing an intensive multilingual editorial policy facilitates scientific circulation through various translations. However, this policy emerged within a context where the Estado Novo promoted the Portuguese language as a key symbol of nationalism and national identity. Beyond shedding new light on the history of Brazilian geography, a study of the Geographic Bulletin can contribute to understanding why a peripheral country invests so heavily in translation as a genre of scientific exchange and how this process unfolds.

**KEYWORDS:** nationalism; multilingualism; translations.

## RESUMEN

Este texto introductorio tiene como objetivo explorar la historia de la geografía desde una perspectiva inusual en Brasil tanto en términos de tema como de método. Al analizar lenguas y traducciones basadas en la decolonialidad y en los estudios de traducción en el Boletim Geográfico del IBGE durante el Estado Novo (1943-1945), salió a la luz una cuestión importante: una intensa política editorial multilingüe comprometida con la circulación de la ciencia a través de la traducción. Sin embargo, esta política se produjo en un período en el que la lengua portuguesa fue elegida por el Estado Novo como uno de los principales símbolos del nacionalismo y de la identidad nacional. Además de arrojar algo de luz sobre la historia de la geografía brasileña, mi investigación puede ayudar a comprender por qué y cómo un país periférico ha traducido muchos artículos científicos.

**PALABRAS CLAVE:** nacionalismo; multilingüismo; traducciones.

## RÉSUMÉ

A titre d'introduction, cet article vise à analyser l'histoire de la géographie sous un angle peu connu au Brésil en termes de sujet et de méthode de recherche : celui des langues et des traductions à partir de la pensée décoloniale et des *translation studies*. Ainsi, à partir de la revue Boletim Geográfico publiée par l'IBGE pendant l'Estado Novo (1943-1945), j'ai identifié une

question importante : une politique éditoriale multilinguistique et vouée à la circulation scientifique à travers des traductions. Néanmoins, cette politique a eu lieu dans une époque où la langue Portugaise avait été élue par l'Estado Novo en tant qu'un des principaux symboles du nationalisme et de l'identité nationale. Au-delà d'éclaircir quelques aspects de l'histoire de la géographie brésilienne, cette recherche peut aider à comprendre comment et pourquoi un pays périphérique a traduit beaucoup d'articles scientifiques.

**MOTS-CLÉS :** nationalisme ; multilinguisme ; traductions.

## UMA INTRODUÇÃO HETERODOXA A UM OBJETO AINDA A SER JUSTIFICADO

Um dos momentos-chave na conformação da geografia brasileira moderna aponta para os anos de 1936 e 1937, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG) se fixaram como peças essenciais do Estado Novo. Coincidentemente, cem anos antes (1838) o Império erguera aquela que viria a ser uma das principais referências científicas do país: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Guimarães 1988; Guimarães, 2011). Ambos subordinados às maiores autoridades políticas de suas épocas, o imperador D. Pedro I e o presidente Getúlio Vargas, ambos também possuíam veículos próprios de circulação: a *Revista do IHGB* (1839), a *Revista Brasileira de Geografia* (1939) e o *Boletim Geográfico* (1943). Outras analogias poderiam ser feitas, mas o que importa aqui é sublinhar a centralidade da geografia para os projetos estatais de poder.

Entretanto, esta centralidade foi duramente contestada pelos representantes da geografia crítica brasileira a partir do final da década de 1970, os quais, em linhas gerais, se propuseram a repensar a geografia à luz das contradições capitalistas. Não apenas *reflexo*, mas *condicionante* das relações sociais (para recuperar o vocabulário da época, cf. Santos (1978)), o espaço tornava-se categoria de primeira grandeza na análise da formação social brasileira e, nas lutas pelo fim da ditadura militar e pela subsequente redemocratização, o materialismo histórico-dialético surgia como fonte intelectual e política a mobilizar toda uma geração (Moreira 1977; Santos 1982). Neste contexto apareceram também os primeiros livros sobre história da geografia redigidos por brasileiros e esta é uma evidência fundamental. Muito embora os periódicos de geografia do IBGE tenham publicado textos e traduções de fôlego sobre questões teórico-metodológicas (associadas sobretudo às vertentes “clássica” e neopositivista), a história da geografia enquanto campo de estudos passou quase todo o século vinte sem ter sido sistematizada no Brasil. Logo, *Introdução à geografia: geografia e ideologia* (Sodré, 1976), *O que é Geografia?* (Moreira, 1980), *Geografia: pequena história crítica* (Moraes, 1999 [1981]) e *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico* (Andrade, 1987) foram livros verdadeiramente pioneiros e estimularam jovens investigadores a se lançarem neste “novo” campo. Porém, como toda a geografia que não fosse marxista era ideológica e como toda ideologia operava a favor do capital, o passado emergia como um fardo a ser criticado e, em boa medida, deixado para trás. Esta aborda-

gem acabou por incidir sobre um dos maiores “centros de cálculo” (Latour, 1987) da América Latina, o IBGE. Embora reclame da decisão que pôs fim ao *BG*, “que tantos serviços prestara à difusão científica e à formação dos geógrafos” (Santos, 1982, p. 215), Milton Santos, nome maior dentre os radicais brasileiros, pensa o oposto sobre a *RBG*: “muito mais do que o porta-voz de uma tendência, ela se tornou o berra-boi de um grupo enturmado” (*idem*). Santos, contudo, deveria estar ciente de que ambas as revistas eram publicadas pelo mesmo grupo: os geógrafos do IBGE.

Outrora formadores de gerações, livros e artigos sob sua chancela acabaram sendo esquecidos nas décadas de 1980 e 1990. Exceção feita às dissertações de mestrado de Prêve (1989) sobre o aporte do *BG* ao ensino de geografia e de Penha (1993) grifando a atuação geopolítica do IBGE na conformação do território e das regiões em seus primeiros anos de atuação, o Instituto voltaria a chamar atenção dos geógrafos apenas no ano 2000 com a tese doutoral de Almeida baseada na memória e na história oral de presidentes, dirigentes e geógrafos ibgeanos cobrindo o longo período 1938-1998 (Almeida, 2000). Funcionários da casa, Penha e Almeida abriram as portas para a revalorização da geografia do Instituto (e, conseqüentemente, de suas revistas) sob as mais diferentes perspectivas, tal como aponta a literatura nos últimos vinte anos (Angotti-Salgueiro, 2005; Bomfim, 2007; Lamego, 2010; Camargo, 2009; Barcelos, 2010; Pereira; Bomfim, 2014; Ribeiro, 2015; Senra, 2017 [2016]; Aquino, 2016; Oliveira, 2017; Cesar; Pinto, 2018; Ribeiro, 2020; 2024).

Muito humildemente, gostaríamos de participar desta retomada. Sob responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia entre 1943 e 1978 (último ano de sua publicação), a importância do *BG* parece ter sido ofuscada pela *RBG*. Porém, ao levarmos a sério a orientação de Bourdieu (2004 [1997]) de que é responsabilidade do cientista social atentar para questões que não chegaram a ter formulação, existe um tópico sobre o qual o *BG* leva enorme vantagem sobre sua congênere famosa: as traduções. Conforme nossos levantamentos preliminares, enquanto a *RBG* traduziu cerca de noventa textos de 1939 a 1996, o *BG* verteu mais de quatrocentos num intervalo de tempo muito menor (1943-1978). Muito provavelmente, estamos diante do maior acervo de traduções entre os periódicos de geografia do Ocidente<sup>1</sup>. Durante

---

<sup>1</sup> Em nossas trocas com colegas de vários países em eventos de história da geografia e geografia histórica ocorridos em Belo Horizonte (2016), Varsóvia (2018), Québec (2018), Kiel (2019), Grenoble (2021 [online]), Rio de Janeiro (2021 [online]) e Quito (2024), temos tido a oportunidade de aventar esta hipótese e, até agora, nenhum periódico com semelhante perfil nos foi indicado a título de comparação.

sua circulação no Estado Novo de 1943 a 1945, o *BG* publicou, em seus 36 números, 26 traduções, 17 autores traduzidos (destaque para Pierre Defontaines com 8 aparições e apenas 2 mulheres traduzidas), 4 idiomas diferentes (12 vezes francês, 6 vezes espanhol, 7 vezes inglês e 1 vez alemão), 7 tradutores envolvidos (destaque para Orlando Valverde com 14 traduções) e 1 revisor de tradução.

Recepcionando diplomaticamente geógrafos estrangeiros e seus textos como se fora uma espécie de “embaixada intelectual” – José Carlos de Macedo Soares, o mais longevo presidente do IBGE (1936-1951 e 1955-1956), também não fora Embaixador? –, o CNG e o *BG* afirmam-se como espaços privilegiados de circulação científica na periferia. Embora publicasse apenas em língua portuguesa, ele operou, de forma pioneira, uma política editorial multilingue desde seu primeiro número – corroborando, assim, o fato de que a diversidade linguística na ciência é muito maior nos países periféricos que nos centrais. Todavia, até o momento, infelizmente não temos a menor idéia do que isto representa. Os historiadores da geografia não saberiam traçar nem um perfil quantitativo, nem qualitativo do universo de autores, temas, tradutores e fontes mobilizados, pois a tradução ainda não possui *status* de objeto de pesquisa entre os geógrafos brasileiros.

Defendemos a tradução como uma prática e, portanto, parte integrante da geografia humana visando *aprofundar o reconhecimento da tradução como um tema geográfico*, isto é, como um fenômeno cuja espacialidade referente ao transporte de artigos, livros e revistas envolvendo editores, tradutores e leitores desenha uma rede que afeta em cheio a ciência em geral e a história da geografia em particular. Principalmente no caso brasileiro, cuja história se confunde com a das trocas linguísticas como meio de acesso ao exterior (cf. Gonçalves Barbosa; Wyler, 2001 [1998]; Ramicelli, 2009; Hanes, 2014; Santoro; Buarque, 2018), estamos convencidos de que avaliar a tradução como deslocamento no sentido amplo do termo – afinal, a etimologia latina do vocábulo *traduzir* (*trans* + *ducere*) significa, justamente, “levar através de” (Laranjeira, 2003:15 [1993]) – é uma maneira fecunda e inovadora de problematizar o campo da história da geografia.

Traduções são pistas, indícios, sinais de como a ciência se move de um lugar, de uma língua, de um contexto, de uma cultura para outra (sem cair no essencialismo, grife-se). Entretanto, traduções não promovem a circulação pura e simplesmente; elas também ajudam a inventar “escolas”, “tradições” e “cânones” (Keighren, 2010; 2013; Keighren; Abrahamsoon; della Dora, 2012;

Ribeiro; Haesbaert; Pereira, 2012; Ferretti, 2019; Hammond; Cook, 2023), configurando, assim, uma *geografia da produção científica* para além da mera identificação de itens distribuídos no espaço. Por sua vez, o tradutor encarna a condição de *agente social*, com seu trabalho devendo ser tomado como uma *prática* que abre caminhos para que todo este trânsito aconteça (Schulte, 1992; Spivak, 2000 [1999]; Rupke, 2000; Kershaw; Saldanha, 2013; Italiano, 2012). Daí resulta o conceito de *geotradutor (a)*, por nós proposto em outra ocasião (Ribeiro, 2021) e em curso de aperfeiçoamento.

O texto a seguir estrutura-se em três partes: a primeira fará uma apresentação metodológica sobre como abordar traduções em geografia mesclando pensamento decolonial e *translation studies*; a segunda desenhará um panorama de como o estudo das traduções do *BG* pode auxiliar no entendimento da circulação de autores, textos e idiomas estrangeiros e tensionar a política linguística nacionalista do Estado Novo e a terceira concluirá apontando como o *BG* mesclou nacionalismo e multilinguismo.

## **GEPOLÍTICA DO CONHECIMENTO E MODERNOS REGIMES DE TRADUÇÃO, COMUNIDADES IMAGINADAS E CAPITALISMO EDITORIAL: TRAMAS METODOLÓGICAS**

Relativo à circulação científica, optamos por abordar as traduções sob a égide da *geopolítica*, muito embora caminhando no rastro de um percurso que vem ampliando seu raio original de atuação e direcionando-a à esquerda do espectro político (Ó Tuathail, 1996; Cowen; Smith, 2009; Mezzadra; Neilson, 2013). Em termos decoloniais, p. ex., o conceito de “geopolítica do conhecimento” elaborado por Walter D. Mignolo é uma ferramenta teórico-metodológica que não apenas espacializa a produção científica em oposição ao eurocentrismo universalista, mas a politiza exatamente a partir de aspectos geográficos como o *território*, a *circulação* e, claro, a *língua*. Na descrição textual ou na representação cartográfica não existe nenhum sinal de neutralidade, mas, sim, a projeção de visões de mundo daqueles que tornaram a escrita e a gramática, o passado e a história, a fronteira e a geografia, a religião e o direito campos legitimadores da ordem global inaugurada pela Revolução Atlântica no anoitecer do século XV. Logo, tudo foi colonizado – inclusive os idiomas e as traduções (Mignolo, 1995; 2003 [2000]; 2007 [2005]).

Mignolo tem demonstrado a impossibilidade de uma crítica à ciência ocidental sem considerar a questão linguística no sentido amplo e geográfico do termo. Ele menciona, inclusive, uma “tradução decolonial” (Mignolo, 2012),



de onde extraímos que o lugar de onde se traduz revela muitíssimo sobre a língua e a natureza do que se traduz, pois lugar não é apenas uma coordenada cartográfica estanque, mas um feixe de experiências que induz mais em direção a certos saberes e idiomas que a outros. Em face da incontestável desigualdade entre nações – incluindo, evidentemente, a problemática da assimetria científica –, argumentamos que a geopolítica do conhecimento atua como *reguladora dos fluxos entre países centrais e periféricos incluindo, decerto, as traduções* (ver, também, Simeoni, 2008; Mulinacci, 2015; Castro, 2020), (Spivak, 2004 [1993]; Wright, 2002; Minca, 2016).

Em seguida, costuraremos a “geopolítica do conhecimento” ao conceito de “moderno regime de tradução”, engendrado por Naoki Sakai visando iluminar como traduções também são responsáveis por moldar as línguas nacionais agenciadas pelos Estados Territoriais em busca de homogeneização e unidade culturais. Sua definição sobre os “modernos regimes de tradução” frisa a obrigatoriedade de que:

*uma língua seja clara e sem ambigüidade perceptível em relação a uma outra e que, a princípio, duas delas nunca se sobreponham ou se misturem como gêmeos siameses. Foi por meio deste regime que no século XVIII a ideia da língua japonesa original foi introduzida no meio social multilíngue do arquipélago japonês, onde línguas heterogêneas e crioulas eram aceitas* (Sakai, 1997, p. 51-52, tradução nossa).

Para Sakai, a tradução desponta como o nó de uma rede de múltiplos vetores capaz de permitir, em um único movimento, uma crítica à modernidade e à constituição das ciências humanas. A tradução passa a ser, no sentido metodológico, uma fronteira ora mais porosa, ora mais rígida, a partir da qual é possível reavaliar práticas e representações culturais, linguísticas e geopolíticas modernas (Sakai, 1992; 1997; 2012; 2017; Sakai; Mezzadra, 2014). Seu raciocínio nos traz uma advertência muito pertinente:

*Se insistirmos em considerar os regimes modernos de leitura, escrita, recitação, tradução etc. como óbvios, tendemos a assumir o modus operandi sustentado por estes regimes como algo universalmente válido. Se continuarmos inscrevendo no passado esse modus operandi tão historicamente específico, tornamo-nos incapazes de imaginar as possibilidades de outros regimes para além deste, que é marcado pelo homolinguismo [homolinguism] nacional* (Sakai, 2019 [2010], p. 255-56).

Este homolinguismo é muito importante para o nosso estudo de caso, pois compõe um aspecto central no repertório das políticas nacionalistas do Estado Novo. Por sua vez, ambos nos levam a recuperar os conceitos de “comunidades imaginadas” e “capitalismo editorial” (Anderson, 2008 [1983]), pois as revistas de geografia do IBGE foram idealizadas e patrocinadas exclu-



sivamente pelo Estado tendo em vista, entre outros objetivos, moldar uma narrativa textual e visual capaz de colaborar no processo de edificação da identidade nacional a partir do Estado.

Enfim, baseados na rica literatura proveniente dos *translation studies* nos últimos trinta anos (Venuti, 1995; 2009; 2013 [2003]; Spivak, 2010; 2000 [1999]); Italiano, 2012; 2016; Cassin, 2016; 2018), e em resposta tanto ao chamado de Bachmann-Medick (2009) para incorporarmos a “virada tradutora” [*translational turn*] às ciências humanas (ver, também, Schulte, 2012) quanto ao de Venuti (2004) a respeito da necessidade de *aprender a ler traduções*, sintetizaremos quatro premissas metodológicas sobre tradução em geografia:

- (i) traduções devem ser entendidas como um texto autônomo e não pura transcrição entre dois idiomas. Por sua vez, o tradutor, ao ser intérprete do texto, do contexto, do autor e da língua traduzidos, opera como agente social cujas línguas por ele mobilizadas possuem clara repercussão em termos de leitura, escrita e pesquisa;
- (ii) traduções precisam ser desnaturalizadas e estudadas para além dos círculos linguístico-literários, uma vez que as trocas político-culturais instituintes das humanidades possuem nas traduções modalidade especial;
- (iii) traduções requerem a politização dos conteúdos, dos agentes e de seus veículos transmissores devido à existência de uma estrutura científica assimétrica entre nações de idiomas dominantes e dominados, tornando necessária uma compreensão *geopolítica* das traduções visando esclarecer as redes de circulação científica em escala global;
- (iv) traduções são, simultaneamente, um objeto geográfico e um tipo de geografia; à maneira de uma fronteira, elas se deslocam permitindo ou impedindo acessos. Elas são capazes tanto de criar espaços quanto forjar imaginários sobre “tradições”, autores e nações.

## TRADUÇÃO, POLÍTICA LINGUÍSTICA E POLÍTICA EDITORIAL

### Por uma geopolítica das traduções

Visando recortar a gama de traduções do *Boletim Geográfico*, optamos pelo Estado Novo (1937-1945), ocasião em que a geografia acabara de conquistar o *status* de curso de nível superior (compondo uma única formação com a história) nas recém-fundadas Universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935) e de assumir papel de relevo na modernização da gestão estatal via IBGE praticada por Getúlio Vargas desde 1936 (Penha, 1993). Todavia, sabemos bem quão íntimas são as conexões estabelecidas entre

a ciência e o poder (Foucault, 1970). Logo, é necessário explicitar o *modus operandi* do Estado Novo, cujo fechamento do Congresso e extinção dos partidos com apoio dos militares (Skidmore, 2010 [1967]) veio acompanhado da valorização dos intelectuais engajados em forjar uma imagem positiva do regime e da centralização da cultura nas mãos do governo federal (Miceli, 1989; Gomes, 1996; Bomeny, 2001). Desse modo, cabia ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a função de acossar e censurar os opositores e, paralelamente, patrocinar quem estava em sintonia com as diretrizes estatais (Grecco, 2021). Além de financiar empresas privadas como a Companhia Editora Nacional e a Livraria José Olympio, o Estado Novo encarnava a função de *editor* (Vieira, 2019) estabelecendo e dirigindo, além da *RBG* e do *BG*, periódicos como *Cultura Política* (Velloso, 1982; Gomes, 1996) e *Revista de Imigração e Colonização* (Castro, 2021). Até onde nos foi permitido conhecer, estamos diante de um caso particular no Ocidente capitalista em que um regime político, de posse de seus recursos financeiros e capilaridade espacial, mobiliza periódicos (dois deles consagrados exclusivamente à geografia) e toda uma *intelligentsia* a fim de transmitir uma versão oficial sobre matérias como nacionalidade, brasilidade e apego ao território pátrio.

Muito mais que transcrição – nome da seção do *BG* voltada também às traduções –, traduzir é um complexo movimento de interpretação o qual, além de exigir habilidades linguísticas e intelectuais relativas ao autor ou assunto a ser vertido, faz do *geotradutor* um agente político-cultural fundamental na dinâmica de circulação do conhecimento. Destarte, compreender a recepção e a difusão dos geógrafos estrangeiros no Brasil deve passar pelo papel dos idiomas e das traduções. São dois momentos que precisam ser entrelaçados pois, dentre outros efeitos, as traduções operaram no sentido de fixar o francês e, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o inglês como línguas de prestígio junto ao público acadêmico.

Em termos contextuais, a variedade das traduções publicadas pelo *BG* obedece a três direções articuladas: (i) a geopolítica externa do Estado Novo negociando com franceses, norte-americanos e alemães; (ii) a participação do Estado Novo como nucleador cultural operando como editor, financiador, organizador e distribuidor de material geográfico cujo conteúdo seguiria a lógica do nacionalismo linguístico e territorial vigente; e (iii) a modernização da ciência geográfica promovida pelo Estado Novo através de aportes estrangeiros seja na criação de cursos universitários, seja na formação e profissionalização de geógrafos para a gestão estatal.

Da ampla e diversa literatura sobre a Missão Francesa nas universidades de S. Paulo e do Distrito Federal nos anos de 1930 e 1940 (Almeida, 1989; Massi, 1989; Lefebvre, 1990; Paris, 1999; Almeida, 2000; Machado, 2009; Silva, 2012), nosso recorte temático nos conduz a destacar que ela ocorreu precisamente no momento em que a França estava em crise por causa dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e do fortalecimento econômico de concorrentes como Alemanha e Estados Unidos (Demangeon, 1920), além de se dar em um ambiente de mudança marcado pelo declínio da língua francesa em contraste com o incremento do idioma e da cultura norte-americanos no Brasil (Rolland, 2004). Apesar das diferenças políticas entre seus membros, todos eles estavam comprometidos com a preservação e difusão da língua francesa como estratégia de manutenção do *status* cultural francês (Suppo, 2019). Entretanto, com raras exceções (Petitjean, 1996; Rolland, 2004; Suppo, 2019), talvez não seja exagero assinalar que a problemática dos idiomas ocupa um lugar bastante modesto na literatura em tela.

Contudo, durante o Estado Novo, o *BG* consagrou tempo e energia vertendo majoritariamente um professor francês que estava a trabalho no Brasil: Pierre Deffontaines, o qual teve oito de seus trabalhos traduzidos, sendo seis deles por Orlando Valverde, à época geógrafo iniciante atuando como secretário-assistente do CNG. Aqui, a presença *in loco* joga papel capital, pois Deffontaines estava trabalhando no Rio e em São Paulo – mais no Rio de Janeiro, onde mantinha estreita afinidade com o círculo católico composto, entre outros, por Christovam Leite de Castro, secretário-geral do CNG e editor da RBG e do *BG* – e sendo vertido por um jovem geógrafo, o qual, por sua vez, podia exercer suas habilidades linguísticas em espanhol, inglês e francês (ele também traduziria em alemão nos anos seguintes) e, assim, chamar atenção de seus pares. Além disso, consagrados ao espaço brasileiro, os artigos de Deffontaines (cujo conteúdo será analisado detalhadamente em um trabalho posterior) compõem uma rica imagem da diversidade paisagística-regional do país *porém preservando sua unidade territorial e sem questionar o regime autoritário do Estado Novo*. Estes dois últimos aspectos eram cruciais em termos de “o efeito DIP” (Ribeiro, 2024).

Porém, a frequência da língua francesa nos primeiros anos da geografia universitária brasileira merece olhar atento, pois um dos desdobramentos de sua suposta “onipresença” consiste no equívoco de negligenciar a geografia estadunidense. Afinal, durante o Estado Novo algumas dos principais nomes do IBGE estiveram na América como parte de um programa governa-

mental de aperfeiçoamento, pois lá havia uma geografia de aplicação prática voltada à resolução de questões regionais e territoriais e o governo brasileiro tinha bastante interesse em fazer o mesmo nas regiões central, norte e nordeste do país (Zarur, 1944). Estamos falando de nomes como Delgado de Carvalho na qualidade de conferencista em 1940, Jorge Zarur como aluno de mestrado no mesmo ano em Wisconsin-Madison e, em 1945, Fábio Guimarães, Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares, Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira, os quais foram fazer pós-graduação nas Universidades de Wisconsin-Madison, Chicago e Northwestern. Para ficarmos apenas no exemplo de Zarur, ele teve a oportunidade de estabelecer contato com a nata da intelectualidade geográfica de então como Richard Hartshorne, Carl Sauer, Isaiah Bowman, Harlan Barrows, Derwent Whittlesey, Clarence Jones e Vernor Finch (Barros, 2008; Zarur, 2016).

Este intercâmbio ajuda a esclarecer as redes em particular e a geopolítica do conhecimento em geral no interior das quais Valverde e Zarur publicaram em 1943 a tradução de *Geopolitics*, texto assinado pelo economista (porém consagrado como editor da revista semanal *Life*, ela própria a origem do artigo) norte-americano Joseph J. Thorndike Jr. Mencionando Ratzel e Kjéllen sobre as origens da *Geopolitik*, é no entanto Haushofer que recebe a maior atenção ao ser classificado como o ideólogo de Hitler. Segundo Thorndike Jr., os planos expansionistas alemães estavam sendo mantidos em segredo, mas foram descobertos graças a uma tradução em inglês de um livro do geopolítico alemão Ewald Banse *Raum und Volk im Weltkrieg* (1932) (Thorndike Jr., 1943 [1942]). Ou seja, além de sintonizados à literatura norte-americana, Valverde e Zarur consideravam importante disseminá-la para o público brasileiro. Antes de viajar para a América, Valverde também traduziria um artigo do diplomata estadunidense John F. Melby sobre um tema importantíssimo em tempos de guerra: a borracha na Amazônia (Melby, 1943 [1942]). Cumpre notar que havia a regra segundo a qual os funcionários públicos federais, antes de embarcarem para o exterior, deveriam desenvolver conhecimentos sobre língua, costumes e sistema educacional do país, conforme trecho do *Diário Oficial* reproduzido na rica seção “Noticiário” do *BG* (BG, v. 1, n. 3, p. 68-69, 1943).

A outra ponta desta história aponta para o interesse dos norte-americanos pelo Brasil. No âmbito dos estudos sobre frentes pioneiras e expansão capitalista liderados por Isaiah Bowman (Smith, 2003), nos anos de 1930 e 1940 os trabalhos de campo em escala regional atraíram geógrafos como Preston James para o sudeste cafeeiro e o zoólogo e botanista George Tate

para a Amazônia<sup>2</sup>. Originalmente publicados em inglês em periódicos importantes como *Geographical Review* e *Annals of the American Association of Geographers*, os textos de James seriam traduzidos pelo *BG* tanto no último ano do Estado Novo – *As terras cafeiras do Brasil Sudeste*, notadamente (James, 1945) – quanto durante o Governo Dutra (James, 1946; 1947; 1949), consagrando-o como um dos principais especialistas em América Latina nos Estados Unidos (Dawsey III, 2002).

Entretanto, segundo registrou o próprio *BG* no ano de 1943, Tate protagonizou um pequeno incidente diplomático: após ser descoberto em Manaus e indagado sobre a natureza de suas pesquisas, ele informou à imprensa não poder dar declarações “em virtude de ordens superiores e reservadas a respeito” (*BG*, v. 1, n. 3, p. 76, 1943). Como nenhuma autoridade brasileira tinha sido consultada sobre a viagem, o Ministério das Relações Exteriores – chefiado por Oswaldo Aranha, entusiasta da aproximação com os Estados Unidos – e os conselheiros locais do CNG declararam ilegal a permanência do estrangeiro. O consulado norte-americano foi acionado e acabou por encaminhar telegrama ao Estado de Manaus confirmando o regresso de Tate aos Estados Unidos “de onde voltará brevemente, ficando o aludido consulado de avisar quando tal regresso se der e dos propósitos do Sr. Tate” (*idem*, p. 77).

Aparentemente o imbróglio teve final feliz: em 1945, Regina Pinheiro Guimarães, da seção de Estudos do Serviço de Geografia e Cartografia do CNG, verte para o português *Notas sobre a região do Monte Roraima*, originalmente publicado por Tate na *Geographical Review* em 1930 (Tate, 1945 [1930]). O passo seguinte será averiguar com detalhes o conteúdo deste artigo. Afinal, Tate foi simplesmente chefe da expedição *Rubber Development Corporation*<sup>3</sup>, agência oficial do governo dos Estados Unidos com a qual o Brasil negociou, em 1942, uma linha de crédito de 100 milhões de dólares em troca do incremento da produção de borracha na Amazônia visando suprir as demandas provocadas pelo conflito mundial (Garfield, 2006).

Nas tramas da nossa pesquisa, é impossível não se perguntar: o que ocorreu entre a expulsão de Tate do país e sua tradução em língua portuguesa?

2 Para o tema da colonização moderna nos trópicos, ver Nogueira (2023).

3 Cf. JSTOR, disponível em: <https://plants.jstor.org/stable/10.5555/al.ap.person.bm000060457>. Ver, também, “George Henry Hamilton Tate”. *Science and Its Times: Understanding the Social Significance of Scientific Discovery*. *Encyclopedia.com*. <https://www.encyclopedia.com/science/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/george-henry-hamilton-tate>. Acesso em: 24 ago. 2021.

Quais critérios deveriam ser preenchidos para selecionar um texto a ser traduzido? Que tipo de diplomacia exerce a tradução e a que gênero de geopolítica ela obedece? De todo modo, os casos acima descritos revelam que tradução é um movimento de reescrita mas, antes de mais nada, de leitura. Leitura, aqui, vista sob uma dupla perspectiva, ou seja, não apenas como o que os geógrafos da época consumiam em idiomas estrangeiros, mas, também, em termos do que os *geotradutores* queriam que estudantes, professores e grande público lessem no Brasil. Traduções descortinam o que geral e irrefletidamente consideramos como “afinidades”, as quais, no entanto, não são acidentais, mas o corolário de estruturas e conjunturas históricas, geopolíticas e culturais<sup>4</sup> (Bourdieu, 2002 [1990]).

### Políticas linguísticas em tempos de nacionalismo

Enfim, é preciso aprofundar conexões desta natureza se quisermos entender quais foram os principais debates, fontes e autores mobilizados pelos “geotradutores” brasileiros – e, claro, suas intenções. Na seção “Tertúlias geográficas semanais”, registrada pelo *BG* com data de 23 de fevereiro de 1943, somos informados sobre o Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional, iniciativa da Associação Brasileira de Letras a qual, por sua vez, recorreu ao CNG para que este apontasse o devido encaminhamento à correta grafia tanto de topônimos quanto de conceitos geográficos, pois existiam vocábulos em idiomas estrangeiros. O francês Francis Ruellan, membro do Conselho, lembrou a referência ao tema no Congresso de Geografia em Paris em 1931 e foi além ao observar que “o caso se reveste de um caráter internacional, [sendo] portanto de extrema delicadeza” (*BG*, n. 3, p. 64, 1943). No mês seguinte, ele interveio mais diretamente sobre a questão: “antes de traduzir um termo é necessário verificar exatamente o seu sentido e que para melhor definir certos fenômenos é preferível conservar nomes estrangeiros; a própria escolha da ortografia é difícil quando se desconhece o sentido”

---

4 Uma descoberta peculiar de nossa pesquisa sobre as traduções de língua inglesa encontra-se no texto *Organização de uma unidade em geografia matemática*. Embora a signatária apareça como Katheryne T. Whittemore (pioneira e fundadora do Buffalo States Geography Department e do Buffalo State College), na verdade o texto pertence a Katheryne Colvin Thomas (vinculada quando da publicação ao State Teachers College at Buffalo) e foi publicado no *Journal of Geography*, v. 30, n. 6, p. 247-251, 1931. Ver, a propósito, [https://geosciences.multistg.buffalostate.edu/sites/geosciences/files/documents/Whittemore\\_Department\\_Tribute.pdf](https://geosciences.multistg.buffalostate.edu/sites/geosciences/files/documents/Whittemore_Department_Tribute.pdf) e <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00221343108987750>. Acesso em: 23 out. de 2024.



(BG, n. 4, p. 91, 1943). Contudo, a posição do militar brasileiro Comandante Luiz de Oliveira Belo marchou em direção distinta: argumentando sobre a extensão do território nacional, ele refletiu sobre a dificuldade de unificar os nomes geográficos e terminou por propor a “organização de uma comissão que se encarregasse de procurar associar os diferentes nomes regionais aos acidentes geográficos” (*idem*).

Uma controvérsia como esta não pode ser minimizada. Além de ilustrar a força do debate sobre tradução no sentido amplo do termo manifestando-se no *BG*, ela nos leva a pensar que a oposição entre Belo e Ruellan provavelmente não passou em branco pelos geógrafos envolvidos com traduções de textos – eles próprios integrantes do CNG. De qualquer modo, seria útil saber como este impasse foi resolvido. Afinal, para o Estado Novo a questão linguística não era em nada secundária, mas, sim, um dos vetores essenciais de seu projeto geopolítico de promover a língua portuguesa a instrumento nuclear da brasilidade. Elaborado pela Secretaria Geral do IBGE em 1941, o documento sintomaticamente intitulado *Problemas de base do Brasil* apontava o tamanho da função assumida pelo idioma: “Resguardar solidamente, como o mais sagrado e transcendente penhor da unidade e da grandeza nacional, ou seja, dos destinos históricos da Nação, a unidade e a evolução controlada e uniforme da língua em todo o país (...)” (IBGE, 1941, p. 67).

Todavia, embora o *BG* participasse ativamente da propaganda estatal de nacionalização da língua e da cultura brasileiras (inclusive valorizando topônimos indígenas no reconhecimento de paisagens e lugares, por exemplo), isto não significou abrir mão de uma política editorial multilingue. Tal como apresentamos na *Introdução*, durante sua circulação no Estado Novo de 1943 a 1945 o *BG* publicou, em seus 36 números, 26 traduções, 17 autores traduzidos (destaque para Deffontaines com 8 textos e, sinal dos tempos, apenas 2 mulheres traduzidas), 4 idiomas diferentes (12 vezes francês, 6 vezes espanhol, 7 vezes inglês e 1 vez alemão), 7 tradutores envolvidos (destaque para Valverde com 14 traduções) e 1 revisor de tradução. Ou seja, a presença estrangeira era indisfarçável<sup>5</sup>. Por sua vez, durante dezoito anos consecuti-

---

5 Os critérios adotados foram os seguintes: embora algumas traduções tenham sido publicadas em partes, elas foram contabilizadas somente uma única vez. Ademais, embora Monbeig tenha doze artigos publicados no *BG* de 1943 a 1945, alguns eram reproduções de outros periódicos e outros não tinham indicação nem da fonte (se fosse estrangeira, seria fácil concluir se tratar de tradução, p. ex.), nem do tradutor. Paire sobre ele, também, o fato de que talvez escrevesse em português – algo, porém, que não foi possível ter certeza mesmo consultando brasileiros e franceses estudiosos de sua obra. Enfim, em nenhum artigo dele no *BG* foi possível confirmar que se tratava de uma tradução. Quanto ao idioma, considerou-se aquele



vos (1939-1957), embora não tivesse resumos em português (o *BG* não fazia resumos de seus artigos), a *RBG* vertia-os em seis outros idiomas: inglês, francês, espanhol, alemão, italiano e esperanto, este último com apoio explícito de nomes de proa da época como Everardo Backheuser, famoso por seus textos de pedagogia e geopolítica; Teixeira de Freitas, secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística, um dos pilares do IBGE ao lado do CNG; e o próprio presidente do IBGE José Carlos de Macedo Soares.

Curiosamente, embora o Decreto-Lei n.º 383 de 1938 vedasse a estrangeiros “manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações” (Weber, 2020, p. 29) e o n.º 406 do mesmo ano proibisse o ensino escolar em japonês, italiano e alemão (as nacionalidades componentes do Eixo mas que, ao lado de portugueses e espanhóis, eram também as maiores colônias estrangeiras no Brasil desde o século XIX) e o recolhimento de material didático nestes idiomas (Seyferth, 1999) – sem contar a ameaça de um dos diretores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP imposto por Vargas de suspender os cursos ministrados em francês (Petitjean, 1996) –, isto não impediu as recorrentes traduções de Pierre Deffontaines, Francis Ruellan e Pierre Monbeig na *RBG* e no *BG*, a reprodução de suas conferências e textos em jornais e a criação da efêmera revista *Geografia* tendo Monbeig como um de seus co-fundadores em 1935 (*vide* Huerta, 2019). Aliás, Deffontaines e Ruellan foram os mais traduzidos durante o Estado Novo no *BG* e na *RBG*, respectivamente.

Tida pelo Estado como um dos “quistos étnicos” (Koifman, 2019, p. 553-557) com potencial de perturbar a edificação da unidade cultural nacional, a reprodução da língua alemã continuou a ocorrer em pleno Estado Novo e em plena II Guerra Mundial nas páginas do *BG*: em 1945, o roteirista e *cameraman* Franz Eichhorn teve um pequeno trecho de sua viagem ao Rio Araguaia (não é um artigo e não há indicação do tradutor) vertido para a língua de Machado de Assis. Em 1936-1937 ele viajara ao Brasil buscando locações para o “filme-expedição” *Kautschuk* [*Borracha*, em português], gênero de muito sucesso tanto na República de Weimar quanto no III Reich explorando imagens exóticas de animais e povos selvagens e perigosos. Evidentemente, não era esta a imagem que o Estado Novo projetava para

---

a partir do qual a tradução foi feita. Vidal de la Blache foi traduzido do espanhol na edição inaugural do *BG*, p. ex. Ver lista completa no Anexo ao final do artigo.

o exterior (*vide* Luca, 2011; Vieira, 2019). Talvez o trecho traduzido tenha sido extraído de *In der grünen Hölle: Kurbelfahrten durch Brasilien* (1937) [*No inferno verde: viagens de balsa através do Brasil*], livro bastante popular na Alemanha escrito por Eichhorn e seu irmão narrando suas aventuras nos trópicos e que também foi vertido para o francês (O'Brien, 2004).

Porém, o caso mais interessante sobre a língua alemã é o de B. Brandt, cujo livro *Kulturgeographie von Brasilien* [*Geografia Cultural do Brasil*], de 1926, foi traduzido no *Boletim* em oito partes pelo professor do Colégio Pedro II Rodolfo Coutinho nos anos de 1944 e 1945, o que nos leva a indagar o conteúdo e o significado de uma interpretação germânica sobre a cultura brasileira exatamente no período em que a cultura era centralizada nas mãos de um Estado autoritário que dirigia, imprimia e distribuía revistas científicas em prol de si mesmo. Embora Coutinho tenha redigido a nota “Explicação do tradutor” sem se preocupar em esconder suas divergências face a algumas críticas dicotômicas de Brandt sobre certos hábitos brasileiros – mostrando, assim, a agência do tradutor sobre a circulação do conhecimento, em contraste com a passividade a que geralmente lhe atribuímos –, a concordância dele com Brandt acerca da necessidade da imigração, destacando positivamente que os “choques culturais serão um elemento *dinâmico* na vida nacional” (Brandt 1944, p.421, grifo nosso), talvez desagradasse certos setores da campanha de nacionalização estadonovista (Coutinho, 1944, p. 420-421. Ver Gomes, 1982). Supresa maior, porém, é saber que Coutinho pertencia ao Partido Comunista Brasileiro, foi delegado do V Congresso do *Komintern* na União Soviética em 1924 e preso no Levante Comunista de 1935 (Castro, 2010). Ou seja, ele estava umbilicalmente ligado a um dos inimigos cruciais do Estado Novo (Dutra, 2012 [1997]; Motta, 2020 [2002]). Para finalizar, em 1945 a tradução foi reunida em formato livro no âmbito do projeto Biblioteca Geográfica Brasileira coordenado pelo CNG<sup>6</sup>.

---

6 Mencione-se, de passagem, Leo Waibel, alemão naturalizado americano trazido para o IBGE como consultor científico graças à intervenção dos estudantes brasileiros listados anteriormente que seguiram seus cursos nos Estados Unidos. Suas pesquisas de campo pela Região Sul de 1946 a 1950 (Governo Dutra, ressalte-se) mostraram que a situação vivida pelas comunidades germânicas ainda ecoava os efeitos da guerra. Sua influência deixou marcas profundas naquele que viria a ser um dos maiores geógrafos brasileiros no século XX: Orlando Valverde. Waibel também teria artigos traduzidos pelo BG entre 1947 a 1955. Deduz-se, portanto, que após a opção de Vargas pelos Aliados durante a II Guerra em 1942 dificilmente Waibel teria encontrado ambiente propício de trabalho no Brasil. Ver, sobre ele, Etges (2000), Kohlhepp (2013) e Nogueira (2020).

Tais casos evidenciam que o Estado não é um ente sem agentes, a engrenagem que o move não é uniforme ou automática e que as relações entre ciência e política são bem mais complexas que parecem (Maia, 2010). Nesta perspectiva, Grecco mostrou como a censura estadonovista foi driblada, inclusive, por funcionários do próprio Departamento de Imprensa e Propaganda (Grecco, 2021). De nossa parte, cumpre analisar como o *BG* se comportou em meio a este cenário identificando possíveis dissonâncias em relação às normativas estadonovistas. Afinal, a fase de maior repressão do DIP, liderada por Lourival Fontes de 1939 a 1942, já havia passado quando o *BG* veio à luz.

Neste diapasão, em um artigo de 1943 aparentemente inocente denominado “Geografia das línguas”, Delgado de Carvalho, Professor da Faculdade Nacional de Filosofia e membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e da Biblioteca Geográfica Brasileira, explora argumentos no mínimo ambíguos face à política de nacionalização idiomática em curso ao registrar que “A língua não é indispensável ao querer-viver juntos, embora de grande auxílio. A vontade é que faz a nação (...) a língua caracteriza um povo e não forçosamente uma nação” (Carvalho, 1943, p. 47). Mais adiante, em meio à perseguição estadonovista aos idiomas lidos, falados e ensinados pelas comunidades italiana, japonesa e alemã, Carvalho (ele próprio filho de pai brasileiro, nasceu na França e realizou sua formação nesse país, na Suíça e na Inglaterra [Barros, 2008]) assinala sem meias-palavras: “Uma das relações do território e da língua é o uso político que o soberano do território procura fazer da língua para a unificação. Citemos apenas as tentativas, às vezes violentas, de ‘russificação’ feitas no tempo dos czares na Polônia e na Finlândia. De fato, a língua é um elemento de resistência e de vitalidade nacional: foi o obstáculo passivo que opuseram a Polônia à Rússia, a Boêmia à Áustria, o Schleswick à Prússia, a Flândria à Bélgica” (*idem*, p. 50, grifo nosso).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundindo as reflexões de Benedict Anderson às de Naoki Sakai, podemos dizer que em nome de uma “comunidade imaginada” o “capitalismo editorial” estadonovista põe de pé um instituto de geografia e estatística almejando a modernização da administração governamental através da ciência, patrocina a vinda de intelectuais estrangeiros, apropria-se de suas *expertises* na fundação das primeiras universidades e traduz suas respectivas produções científicas em um periódico de alcance nacional, além de mandar para o estrangeiro geógrafos que, ao regressarem ao país, passam a atuar como

tradutores de geografia no âmbito do “moderno regime de tradução” brasileiro (Anderson, 2008 [1983]; Sakai, 2010).

Enfim, uma vez desnaturalizadas e tratadas como objetos geográficos, as traduções ajudam a iluminar várias camadas ao mesmo tempo: elas são uma forma de atualizar o campo geográfico e de atrair leitores junto a um público mais amplo, mas, também, um modo de preencher lacunas bibliográficas em língua portuguesa – questão recorrente à época e, principalmente, para o *BG* devido à sua natureza bibliográfica –, de materializar redes de intercâmbio e de chamar atenção para o trabalho editorial do CNG.

No interior de um regime autoritário e em plena Segunda Guerra Mundial, o Boletim Geográfico do IBGE operou uma política multilíngue capaz de fazer convergir o nacionalismo monolíngue defendido pelo Estado Novo e o internacionalismo idiomático derivado das redes de cooperação estrangeira e das capacidades de tradução dos geógrafos do CNG no interior da geopolítica do conhecimento. As traduções do *BG* podem ser entendidas como uma maneira de transformar, de “adaptar” o internacional ao nacional atendendo, assim, tanto ao nacionalismo linguístico e territorial perseguido por Vargas quanto à modernização científica empreendida pelo CNG. O conjunto dessas questões aponta para a importância de considerarmos a dimensão idiomática como um elemento central na história da geografia de um país periférico como o Brasil, cuja língua dominada, se o constrange a lançar mão de traduções no âmbito da geopolítica do conhecimento, também diversifica a circulação de saberes graças ao multilinguismo. ●

## AGRADECIMENTOS

Este texto integra o projeto *Circulação científica, modernização geográfica e geopolíticas de tradução no Estado Novo: o caso do Boletim Geográfico (1943-1945)*, financiado pela bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq. Agradeço fortemente ao amigo Carlo Eugênio Nogueira (Ufes) pelas ótimas indicações, bem como aos pareceristas anônimos da *Geografares*.

## ANEXOS

### Traduções de artigos de periódicos e capítulos de livros (em ordem cronológica)

Vidal de la Blache, Paul (1943). A geografia na escola primária. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 1, p. 18-24. Trad. do espanhol porém sem indicação do tradutor.

Pomfret, John E. (1943). A geografia humana e a cultura. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 2, mai., p. 19-26. Trad. do espanhol por Orlando Valverde.

Deffontaines, Pierre (1943). O que é a geografia humana. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 3, jun., p. 13-26. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Eddington, Arthur (1943). A recessão das galáxias. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 3, jun., p. 18-30. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Melby, John. F. (1943). Rio da borracha: um relato do surgimento e do colapso do surto amazônico. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 4, jul., p. 26-34. Trad. do inglês por Orlando Valverde.

Sanchez, Pedro C. (1943). A evolução da geografia. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 5, ago., p. 32-46. Trad. do espanhol por Orlando Valverde.

Thorndike Jr., Joseph J. (1943). Geopolítica. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 6, set., p. 32-46. Trad. do inglês por Orlando Valverde e Jorge Zarur.

Branner, John Casper (1943). Caráter geográfico da zona dos lagos no Estado de Alagoas. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 7, out., p. 30-46. Trad. do inglês por Axel Löfgren.

De Launay, Louis (1943). A Terra – sua estrutura e seu passado. *Boletim Geográfico*, v. 1, n. 8, nov., p. 19-51. Trad. do francês por Orlando Valverde.

De Launay, Louis (1943). A Terra – sua estrutura e seu passado (continuação). **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 9, nov., p. 28-53. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Schuchert, Charles (1944). A hipótese do deslocamento continental. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 10, jan., p. 14-24. Trad. do inglês por Axel Löfgren.

Schuchert, Charles (1944). A hipótese do deslocamento continental (continuação). **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 11, jan., p. 23-34. Trad. do inglês por Axel Löfgren.

Garner, Clement L. (1944). Elementos e “data” geodésicos de referência no hemisfério ocidental. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 12, mar., p. 12-16. Trad. do espanhol porém sem indicação do tradutor.

Vidal de la Blache, Paul (1944). Sentido e objeto da geografia humana. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 13, abr., p. 18-25. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Deffontaines, Pierre (1944). Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 14, mai., p. 141-148. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Deffontaines, Pierre (1944). Como se constituiu no Brasil a rede das cidades (continuação). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 15, jun., p. 299-308. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Brandt, Bernhard (1944). Geografia Cultural no Brasil. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 16, jul., p. 423-27. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Brandt, Bernhard (1944). Geografia Cultural no Brasil (parte II). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 17, jul., p. 636-40. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Brandt, Bernhard (1944). Geografia Cultural no Brasil (parte III). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 18, jul., p. 829-36. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Deffontaines, Pierre (1944a). Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira – o estado do Espírito Santo. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 19, p. 985-999. Trad. do francês por Almeida Cousin.

Brandt, Bernhard (1944). Geografia Cultural no Brasil (parte IV). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 19, out., p. 1000-08. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

De Botto, Blanca M. (1944) Novos fatos geográficos. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 20, nov., p. 1129-1135. Trad. do espanhol por Orlando Valverde.

Brandt, Bernhard (1944). Geografia Cultural no Brasil (parte V). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 20, nov., p. 1144-63. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Brandt, Bernhard (1944). Geografia Cultural no Brasil (parte VI). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 21, dez., p. 1312-1330. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Brandt, Bernhard (1945 [1926]). Geografia Cultural no Brasil (parte VII). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 22, jan., p. 1492-1499. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Brandt, Bernhard (1945). Geografia Cultural no Brasil (parte VIII). **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 23, fev., p. 1678-1685. Trad. do alemão por Rodolfo Coutinho.

Deffontaines, Pierre (1945). Regiões e paisagens do estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 24, p. 1837-1850. Trad. do francês por Orlando Valverde.



Davies, William Morris (1945). O espírito explicativo na geografia moderna. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 24, p. 1851-1861. Trad. do francês por Graziela de Azevedo Santos e revisado por José Veríssimo da Costa Pereira.

Deffontaines, Pierre (1945). Regiões e paisagens do estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional (continuação). **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 25, p. 18-27. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Whittemore, Katheryne T. (1945). Organização de uma unidade em geografia matemática. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 25, p. 57-59. Trad. do inglês porém sem indicação de tradutor.

Deffontaines, Pierre (1945). A evolução dos transportes no Brasil para a aviação. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 27, jun. p. 370-376. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Deffontaines, Pierre (1945). A floresta a serviço do homem no Brasil. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 28, jul. p. 561-568. Trad. do francês por Orlando Valverde.

James, Preston E. (1945) As terras cafeeiras do Brasil Sudeste. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 29, ago. p. 701-716. Trad. do inglês porém sem indicação de tradutor.

Deffontaines, Pierre. (1945). O Paraíba, estudo de rio no Brasil. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 30, set. p. 830-835. Trad. do francês porém sem indicação de tradutor.

Sánchez, Pedro C. (1945). A geodésia através da história. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 31, out., p. 932-939. Tradução do espanhol por Orlando Valverde.

Deffontaines, P. (1945). A população branca no Brasil. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 32, nov. p. 1069-1071. Trad. do francês por Orlando Valverde.

Tate, George Henry H. (1945). Notas sobre a região do Monte Roraima. **Boletim Geográfico**, v. 3, n. 33, dez., p. 1173-1182. Tradução do inglês por Regina Pinheiro Guimarães.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (2008 [1983]). **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 330p.
- Angotti-Salgueiro, H. (2005). A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 13. n. 2., jul.-dez., p. 21-72.
- Bachmann-Medick, D. (2009). The translational turn. **Translation Studies**, v. 2, n. 1, p. 2-16.
- Barcelos, S.S. de M. (2010). **A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)**. Rio de Janeiro: Dissertação em Geografia, UFRJ, 170p.
- Bomeny, Helena (org.). (2001). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 202p.
- Bomfim, P.R. de A. (2007). **A ostentação estatística**. Um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-1964. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia, USP, 377p.
- Bourdieu, P. (2004 [1997]). **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp. Trad. de Denice Barbara Catani. 86p.
- Bourdieu, P. (2002 [1990]). Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, v. 145, décembre, p. 3-8.
- Brandt, B. (1944). Geografia Cultural no Brasil. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 16, p. 423-27.
- Camargo, A. de P. R. (2009). A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 2., jan/jun, p. 23-39.
- Casanova, P. (2015). **La langue mondiale**. Traduction et domination. Paris: Seuil. 129p.
- Cassin B. (2016) Translation as Paradigm for Human Sciences. **The Journal of Speculative Philosophy**, v. 30, n. 3, Special Issue with The Society for Phenomenology and Existential Philosophy, p. 242-266.
- Cassin, B. (2018) Translation as politics. **Javnost: The Public**, february, p. 1-9.
- Castro, P. B. de (2021). O monolinguismo nacionalista do Estado Novo nas páginas da **Revista de Imigração e Colonização**. **Cadernos de Letras UFF**, v. 32, n. 62, p. 23-44.

Castro, O. (2020). Por una geopolítica feminista de la traducción: escritoras (gallegas) traducidas en el mercado editorial británico. **Transfer**, XV 1-2, p. 52-92.

César, T. R. A. de O., Pinto, V. A. M. (2018). Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geográfica nacional (1939-2005). **GEOUSP**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 366-379.

Coutinho, R. (1944). Geografia Cultural do Brasil: explicação do tradutor. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 16, p. 420-422.

Cowen, D., Smith, N. (2009). After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. **Antipode** 40, p. 2-48.

Da Silva, J.B. (2012). **França e a Escola Francesa de Geografia: verso e reverso**. Fortaleza: Editora da UFC. 232p.

Dawsey III, C. (2002). Estudos geográficos do Brasil nos Estados Unidos e no Canadá: tendências e perspectivas, 1945-2000. Trad. de Sônia Bidutte. In: Barbosa, R.A., Eakin, M. C., De Almeida, P.R. (orgs.). **O Brasil dos Brazilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 343-382.

Almeida, M. H. T. de (1989). Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil – v. 1**. São Paulo: Vértice/IDESP, p.188-216.

Almeida, R. S. de (2000). **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Geografia, UFRJ, 712p.

Andrade, M.C. de (1987). **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas. 143p.

Aquino, A. O. de (2016). **Contribuições da Revista Brasileira de Geografia e do Departamento de Geografia da USP à ciência geográfica entre 1939 e 1956**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Geografia, USP, 219p.

Barros, N. C. C. de (2008). Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. **Estudos Avançados**, 22 (62), abr., p. 317-333.

Carvalho, D. de (1943). Geografia das línguas. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 4, p. 45-62.

Castro, R. F. de. (2010). Rodolfo Coutinho, o marxista que falava alemão: apontamentos biográficos. **Anais do XIV Encontro Nacional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio**, p. 1-11.

- Luca, T. R. de (2011). A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296.
- Luca, T. R. de (2005). História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: Pinsky, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 111-153.
- Oliveira, T. P. P. de (2017). **Desbravar, mapear e integrar os sertões: discursos geográficos sobre o Nordeste brasileiro (1939-1964)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Geografia, UFRJ, 579p.
- Deffontaines, P. (1944). Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, n. 14, p.141-148.
- Deffontaines, P. (1944a). Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira – o estado do Espírito Santo. **Boletim Geográfico**, n. 19, p. 985-999.
- Deffontaines, P. (1945). Regiões e paisagens do estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. **Boletim Geográfico**, n. 24, p. 1837-1850.
- Demangeon, A. (1920). **Le déclin de l'Europe**. Paris : Payot, 314p.
- Dutra, E.F. (2012 [1997]). **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 359p.
- Etges, V. E. (2000). **Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 224p.
- Ferretti, F. (2019). Rediscovering other geographical traditions. **Geography Compass**, Volume 13, Issue3, mar., p. 1-15.
- Foucault, M. (1970). **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard. 82p.
- Garfield, S. (2006). Tapping Masculinity: Labor Recruitment to the Brazilian Amazon during World War II. **Hispanic American Historical Review**, 86:2, p. 275-308.
- Gomes, A. M. de C. (1996). **História & historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 220p.
- Gomes, A. M. de C. (1982). A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. *In*: Oliveira, L. L., Velloso, M. P., Gomes, A. M. de C. (orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio Janeiro: Zahar, p. 151-166.
- GonçalvesBarbosa, H., Wyler, L. (2001 [1998]). Brazilian tradition. *In*: Baker, M. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. London and New York: Routledge, p.326-332.

Grecco, G. de L. (2021) **Palavras que resistem**. Censura e promoção literária na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). Rio de Janeiro: 7 Letras. 187p.

Guimarães, L.M. P. (2011). **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: Annablume. 180p.

Guimarães, M. L. S. (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27.

Haesbaert, R., Pereira, S. N., Ribeiro, G. (orgs.). (2012). **Vidal, Vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 463p.

Hammond, T., Cook, B. (2023) Trajectories of translation. **Progress in human geography**, v. 47 (6), p. 790-812.

Hanes, W. (2014). Century of Foreign Language in Memórias do Instituto Oswaldo Cruz: Language Policy, Nationalism and Colonial Science. *In*: Wahab Khalifa, Abdel (Edited by). **Translators Have Their Say?** Translation and the Power of Agency. Selected Papers of the CETRA Research Summer School 2013. Zurich/Berlin: Lit Verlag, p. 84-110.

Huerta, A. (2019) Geografia: une expérience éditoriale transnationale aux premiers temps de L'Université de São Paulo et de L'Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Revista História** (São Paulo), v. 38, p. 1-14.

Italiano, F. (2016). **Translation and Geography**. London and New York: Routledge. 182p.

Italiano, F. (2012). Translating geographies: The Navigatio Sancti Brendani and its Venetian translation. **Translation Studies**, v. 5, n. 1, p. 1-16.

Keighren, I. M., Abrahamson, della Dora, V. (2012). On canonical geographies. **Dialogues in Human Geography** 2 (3), p. 296-312.

Keighren, I. M. (2013). Geographies of the book: review and prospect. **Geography Compass** 7/11, p. 745-758.

Keighren, I. M. (2010). Reading the messy reception of Influences of geographic environment (1911). *In*: Ogborn, M., Withers, C. W. J. (eds). **Geographies of the book**. Farnham: Ashgate, p.277-298.

Kershaw, A., Saldanha, G. (2013). Introduction: global landscapes of translation. **Translation Studies**, 6:2, 135-149.

- Koifman, F. (2019). O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: Ferreira, J., Delgado, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 2, p. 275-314.
- Kohlhepp, G. (2013). A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 1 (2), p. 29-75.
- Lamego, M. (2010) **Práticas e representações da geografia quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, PPGG/UFRJ. 258p.
- Laranjeira, M. (2003 [1993]). **Poética da tradução: do sentido à significância**. São Paulo: Edusp.
- Latour, B. (1987). **Science in action**. How to follow scientists and engineers through society. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 247p.
- Lefebvre, J-P. (1990). Les professeurs Français des missions universitaires au Brésil (1934-1944). **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 12, p. 35-54.
- Livingstone, D. N. (2005). Science, text and space: thoughts on the geography of reading. **Transactions of the Institute of British Geographers** 30, 391–401.
- Livingstone, D. N. (2003). **Putting science in its place. Geographies of scientific knowledge**. Chicago and London: The University of Chicago Press. 244p.
- Machado, M.S. (2009). **A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj. 232p.
- Maia, J. M. E. (2010). As idéias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 621-655.
- Massi, F. (1989). Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: Miceli, S. (org). **História das Ciências Sociais no Brasil – vol. 1**. São Paulo: Vértice/IDESP, 410-459.
- Mezzadra, S., Neilson, B. (2013). **Border as method, or, the multiplication of labor**. Durhan and London: Duke University Press. 358p.
- Miceli, S. (1989). Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: Miceli, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol. 1. São Paulo: Vértice, p.72-109.

Mignolo, W. (2012). Reflections on translation across colonial epistemic differences. Languages, media and visual imaginary. *In: Italiano, F., Rössner, M. (edited by). Translatio/n: Narration, Media and the Staging of Differences.* Bielefeld: Transcript Verlag, p.19-34.

Mignolo, W. (2007 [2005]). **La idea de America Latina. La herida colonial y la opción decolonial.** Barcelona: Gedisa Editorial. Trad. de Sylvia Jawerbaum e Julieta Barba. 241p.

Mignolo, W. (2003 [2000]). **Histórias locais, projetos globais.** Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG. 505p.

Mignolo, W. (1995). **The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization.** Ann Arbor, MI: University of Michigan Press. 463p.

Minca, C. (2016). Italian Studies, Italian Theory and the politics of trans-lation. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 34 (5), p. 822-829.

Monbeig, P. (1945). Os problemas geográficos do cacau no sul do Estado da Bahia. **Boletim Geográfico**, n. 24, p. 1878-1883.

Monbeig, P. (1945a). A geografia no ensino secundário. **Boletim Geográfico**, n. 26, p. 163-171.

Moraes, A.C.R. (1999 [1981]). **Geografia: pequena história crítica.** 17ª ed. São Paulo: Hucitec. 138p.

Moreira, R. (1980). **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense. 113p.

Moreira, R. (1977). **Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão.** Petrópolis: Vozes. 236p.

Motta, R.P.S. (2020 [2002]) **Em guarda contra o perigo vermelho: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964).** Niterói: Eduff. 332p.

Mulinacci, R. (2015). Apontamentos para uma geopolítica da tradução no século XXI. **Cadernos de Tradução**, v. 35, n. 1, jan- jun., p. 10-35.

Nogueira, C.E. (2023). A moderna colonização dos trópicos: geografia e planejamento na primeira metade do século XX. **Geografares**, v. 3, n. 37, jul.-dez., p. 88-113.

Nogueira, C.E. (2020). Rumar ao Oeste ou fincar os pés no Leste? O contexto da atuação de Leo Waibel no Brasil (1940/1950). *In: Lira, L.A., Sousa Neto, M.F., Duarte, R.B. (orgs.). Geografias das ciências, dos saberes e da história da geografia.* São Paulo: Alameda, p.199-234.

Nicodemo, T.L. (2013). Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. *Dimensões*, v. 30, p. 110-132.

O'Brien, M-E (2004). **Nazi Cinema as Enchantment**. The Politics of Entertainment in the Third Reich. New York: Candel House. 294p.

Ó Tuathail, G. (1996). **Critical geopolitics**. The politics of writing global space. London: Routledge. 250p.

Paris, E. (1999). **La genèse intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel : La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II (1923-1947)**. Athènes: Institut de Recherches Néohelléniques/FNRS. 352p.

Penha, E. A. (1993). **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, Documentos para Disseminação - Memória Institucional. 124p.

Pereira, S.N., Bomfim, P.R. de A. (orgs.). (2014). Dossiê IBGE: saberes e práticas territoriais. *Terra Brasilis*, 3. 258p.

Petitjean, P. (1996). As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). Trad. Marta de Almeida e Ana Maria de A. Alves. *In: Hamburguer, A. I., Dantes, M. A. M., Paty, M., Petitjean, P. (dir.). Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp, p.259-330.

Préve, O. da S.D. (1989). **A participação do Boletim Geográfico do IBGE na produção da metodologia do ensino de geografia**. Campinas: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Unicamp, 326p.

Ramicelli, M. E. (2009). Translating cultural paradigms: The role of the Revue Britannique for the first Brazilian fiction writers. *In: Milton, J., Bandia, P. (ed.). Agents of translations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., p.43-61.

Ribeiro, M. B. P. (2015). **A mudança da capital em debate nos artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico (1938-1964)**. Uberlândia: Dissertação de Mestrado, UFU, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 159p.

Ribeiro, G. (2024) O efeito DIP e a ordem do discurso geográfico: censura, nacionalismo e território na Revista Brasileira de Geografia do IBGE durante o Estado Novo (1939-1945). *Revista da Anpege*, v. 42, p. 1-37.



- Ribeiro, G. (2021) Agentes da tradução e circulação dos clássicos na periferia da ciência: o caso da revista brasileira GEOgraphia (1999-2019). **Terra Brasilis**, n. 15, p. 1-34.
- Ribeiro, G. (et al) (2020) Centro de cálculo, redes de circulação e história da geografia: o caso da Revista Brasileira de Geografia do IBGE (1939-1996). **Confinos**, v. 45, p. 1-16.
- Ribeiro, G., Haesbaert, R., Pereira, S. N. (2012). Relendo Vidal: em busca de novos enfoques. In: Haesbaert, R., Pereira, S. N., Ribeiro, G. (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 13-19.
- Rolland, D. (2004). A crise de um certo universalismo: o modelo cultural e político francês no século XX. Trad. Katia A.F. de Camargo. In: Perrone-Moisés, L. (org.). **Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América**. São Paulo: Edusp, p. 237-296.
- Rupke, N. (2000). Translation studies in the history of science: the example of Vestiges. **British Journal for the History of Science**, 33, 209-222.
- Sakai, N. (2017). The Modern Regime of Translation and the Emergence of the Nation. **The Eighteenth Century**, v. 58, n. 1, Spring 2017, p. 105-108.
- Sakai, N. (2012) Heterolingual Address and Transnationality: Translation and Bordering. In: Ette, Ottmar; Müller, Gesine (Ed.). **Weltweit/Worldwide**. Archipelagos como espacios de prueba de una convivencia global. Madrid & Frankfurt: Vervuert, p. 343-358.
- Sakai, N. (2019 [2010]). Tradução e a figura da fronteira: por uma apreensão da tradução como ação social. In: Esteves, L. (org.). **O traduzir traduzido: diálogos com a tradução**. São Paulo: FFLCH/USP, p.244-260. Trad. de Angélica Neri, Cristina C. Rodrigues, Guilherme Bernardes, Haluana Koepsel e Mauricio M. Cardozo.
- Sakai, N. (1997). **Translation and subjectivity**. On Japan and cultural nationalism. Minneapolis and London: Minnesota University Press. 231p.
- Sakai, N. (1992). **Voices from the past**. The status of language in eighteenth-century Japanese discourse. Ithaca and London: Cornell University Press. 349p.
- Sakai, N., Mezzadra, S. (2014). Introduction. **Translation**, issue 4 – Politics, spring, 9-29.
- Santoro, F., Buarque, L. (2018). Prefácio da edição brasileira. In: Cassin, B. **Dicionário dos intraduzíveis: um vocabulário das filosofias**. Volume Um: Línguas. Organização de Fernando Santoro e Luisa Buarque. Belo Horizonte: Autêntica, p.5-15.
- Santos, M. (1982). Novos rumos para a geografia brasileira. In: Santos, M. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 209-219.

- Santos, M. (1978). **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec. 288p.
- Schulte, R. (2012). **What is translation?** *Translation Review*, 83, p.1-4.
- Schulte, R. (1992). Translation and the academic world. *Translation Review*, 1, p. 38-39.
- Seyferth, G. (1999). Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 199-228.
- Senra, N. de C. (2017 [2016]). **Tradição & renovação: uma síntese da história do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 173p.
- Simeoni, D. (2008). Norms and the state. The geopolitics of translation theory. In: Pym, A., Shlesinger, M., Simeoni, D. (eds.). **Beyond Descriptive Translation Studies. Investigations in homage to Gideon Toury**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 329-341.
- Skidmore, T. E. (2010 [1967]). **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras. 483p.
- Smith, N. (2003). **American Empire**. Roosevelt's geographer and the prelude to globalization. Berkeley: University of California Press. 557p.
- Sodré, N.W. (1976). **Introdução à geografia**. Geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes. 135p.
- Spivak, G. C. (2010). Translating in a world of languages. *Profession*, p. 35-43.
- Spivak, G. C. (2000 [1999]). Translation as culture. *Parallax*, v. 6, n. 1, 13-24.
- Spivak, G. C. (2004 [1993]). The politics of translation. In: Venuti, L. (edited by). **Translation Studies Reader**. London and New York: Routledge, p. 397-416.
- Suppo, H. (2019). French Intellectuals and Cultural Diplomacy in Brazil, 1934-1943. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. 33rd ed. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Latin American History, v. 1, p. 1-33.
- Tate, G.H.H. (1945 [1930]). Notas sobre a região do Monte Roraima. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 33, p. 1173-1182.
- Velloso, M. P. (1982). Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: Oliveira, L. L., Velloso, M. P., Gomes, A.M. de C. (orgs.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio Janeiro: Zahar, p. 71-108.

Venuti, L. (2013 [2003]) Traduire Derrida sur la traduction: relevance et résistance à la discipline. **Noesis**, 21, 125-129. Traduit par René Lemieux.

Venuti, L. (2009). Translation, intertextuality, interpretation. **Romance studies**, v. 27, n. 3, jul., p.157-173.

Venuti, L. (2004). How to read a translation. **Words without borders**. The online magazine for international litterature, july.

Venuti, L. (1995). **The translator invisibility**. A history of translation. London and New York: Routledge, 353p.

Vieira, A.P. L. (2019). **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História, Unirio, 248p.

Weber, A. F. (2020) O combate à imprensa em língua estrangeira no Brasil: políticas e idéias linguísticas na legislação da era Vargas. *In*: Cavalheiro, A. C. D. et alii. **Entre as fronteiras do ensino, da pesquisa e da extensão: estudos na área de Letras**. Chapecó: Editora UFFS, p. 25-40.

Wright, M. (2002). The scalar politics of translation. **Geoforum** 33, 413-414.

Withers, C. W. J. (2007). **Placing the Enlightenment: thinking geographically about the age of reason**. Chicago and London: The University of Chicago Press. 330p.

Zarur, J. (1944). Geografia: ciência moderna a serviço do homem. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 6, n. 3, jul.-set., p. 313-326.

Zarur, M.B. (2016). **Jorge Zarur e a geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em geografia, UERJ. 105p.

### **EDITOR DO ARTIGO**

*Cláudio Luiz Zanotelli.*

*Artigo recebido em: 26/11/2024*

*Artigo aprovado em: 10/12/2024*

*Artigo publicado em: 18/12/2024*